



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2014

(Do Sr. Júlio César)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para que seja informado a esta Casa esclarecimentos a respeito do montante arrecadado no segundo semestre de 2014 dos parcelamentos de débitos recentes, referentes às Leis 11.941/2009, 12.865/2013 e 12.996/2014, discriminados por tributo.

Senhor Ministro,

Requeiro a V. Excelência esclarecimentos a respeito do montante arrecadado no segundo semestre de 2014 dos parcelamentos de débitos recentes, referentes às Leis 11.941/2009, 12.865/2013 e 12.996/2014, discriminados por tributo. Informo que, segundo levantamentos do SIAFI, constam R\$ 9,7 bilhões de depósitos a classificar referente às três Leis acima citadas, além da Medida Provisória nº 470. Ademais, segundo Relatório da Receita Federal de agosto de 2014, outros R\$ 4,9 bilhões foram recolhidos sob a forma de pagamento à vista (Lei 12.996/14).

Requeiro, assim, a imediata classificação dos recursos, ainda que por estimativa em amparo à Portaria 232, de 20 de maio de 2009, de sorte a permitir a pronta transferência dos recursos aos fundos de participação de Estados e Municípios.

Justificativa

Partes dos recursos arrecadados referentes aos impostos de renda e de produtos industrializados pertencem aos entes federados e devem ser imediatamente transferidos. Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Nordeste do país, tem na receita dos Fundos de Participação Municipal (FPM) a sua principal fonte de recursos e dependem desses repasses para fazer frente aos seus compromissos.

Sala das Sessões, em de de 2014.

**Deputado JÚLIO CÉSAR
PSD/PI**